

Definitivo: o Brasil vai ao FMI

Para facilitar, o plano elaborado pelo Ministério da Fazenda contempla dez exigências do organismo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A decisão política de voltar a negociar com o Fundo Monetário Internacional — FMI — já está tomada e escolhida a forma de se obter um acordo: o programa econômico do governo será indêntico, na forma e no conteúdo, às prescrições da instituição para as políticas de ajuste dos países assistidos. O objetivo imediato é obter a aprovação do FMI para o programa de ajuste, abrindo caminho para os acordos com os credores externos — governos e bancos — mas não está afastada a hipótese de um acordo *Stand By* envolvendo recursos do próprio Fundo.

A razão: o governo deve ao FMI, este ano, US\$ 1.061,0 milhões, que vencerão neste segundo semestre, em quatro parcelas da ordem de US\$ 250,0 milhões cada, a primeira em meados do próximo mês. Todavia, com as reservas continuando em declínio, o governo quer negociar uma forma de postergar o pagamento, e o Fundo só admite uma hipótese: a de efetuar o pagamento, ainda que seja obtendo recursos de outras fontes, inclusive dele próprio.

Na entrevista coletiva concedida ontem à imprensa o presidente José Sarney, ao justificar virtualmente um acordo com o FMI, disse, respondendo à indagação sobre se quem mudou foi o Brasil ou o Fundo, que "foram os dois". Os fatos, contudo, indicam que a mudança maior ocorreu do lado do Brasil e ela cristalizou-se a partir da saída de Dílson Funaro do Ministério da Fazenda.

Um documento produzido no Palácio do Planalto e estrategicamente distribuído entre os jornalistas, antes da entrevista, analisava as vantagens de um acordo com o FMI, minimizando a prescrição ortodoxa para as políticas de ajuste dos países assistidos. Ontem, durante a entrevista, o presidente Sarney destacou a mudança do FMI dizendo que, agora, a instituição defende o primado do crescimento econômico dos países endividados, como condição para pagar as suas contas.

O PLANO BRESSER

O Plano de Consistência Macroe-

conômica, agora chamado de controle macroeconômico, elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, contempla, uma a uma, todas as prescrições do FMI para a política de ajuste da economia brasileira desde 1983. Esses pontos, que podem ser encontrados nas sete cartas de intenções enviadas pelo Brasil ao FMI, e que na realidade eram redigidas em conjunto com as missões que vinham ao Brasil, são basicamente os seguintes:

1) — Redução da atividade econômica. O governo, de fato, está promovendo uma queda do PIB de 8,3% no ano passado para 4,5 este ano;

2) — Estímulo especial às exportações para gerar crescentes superávits comerciais. As recentes medidas cambiais estimularam o governo a prever um superávit comercial de US\$ 9,0 bilhões este ano, inclusive com a ajuda resultante da queda da demanda interna, que liberará produtos para a exportação;

3) — Achatamento salarial. As perdas salariais, que nos cálculos do Dieese chegaram a 35% desde novembro do ano passado — ou 15%, conforme o Ministério do Trabalho — vão aumentar com a decisão do governo de manipular os índices de inflação, fazendo sumir 10,9% da inflação dos primeiros 15 dias de junho e escamoteando da taxa de julho o efeito dos reajustes que vigoram desde o último dia 13;

4) — Política monetária austera. O Banco Central se prepara para dar um aperto na liquidez do sistema financeiro, comprimindo a base monetária e os meios de pagamento;

5) — Política fiscal rigorosa, destinada a elevar a carga tributária. O governo garante que a carga tributária caiu em termos reais nos últimos anos e se prepara para aumentá-la;

6) — Política de juros reais, ou seja, acima da inflação. O propósito oficialmente divulgado é o de evitar especulação com estoques, mas seu efeito se estende também à demanda, a fim de reprimi-la;

7) — Combate ao déficit público. Essa é uma questão crucial para o FMI, que o governo começa a enfrentar, embora timidamente. De qualquer forma, o governo informa que



Sérgio Borges — 12 06 87

Bresser e Sarney concordam em negociar com o Fundo

reduzirá o déficit público, este ano, de 6,7% para 3,5% do PIB;

8) — Eliminação dos subsídios. Outro ponto de conflito entre o governo de 1982/84 e o Fundo Monetário. Mesmo constando em todas as cartas de intenção o compromisso de eliminar o subsídio ao trigo, os governos de então jamais cumpriram essa promessa. O atual eliminou o subsídio;

9) — Saneamento dos Estados e municípios. O governo vem tomando providências para sanear as finanças dos Estados com o propósito de reduzir o déficit público;

10) — Redução dos subsídios implícitos ao crédito, especialmente à agricultura. Pela primeira vez, desde a década passada, os produtores rurais pagarão juros reais.